



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

**CIDADANIA FISCAL: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA E OUTRA PARTICULAR, DE CAMPO
GRANDE-MS.**

Margarete Iara Franco Moreira

Brasília/DF

2010



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

**CIDADANIA FISCAL: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA E OUTRA PARTICULAR, DE CAMPO
GRANDE-MS.**

Monografia de Pós-graduação apresentada à Escola de Administração Fazendária, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em educação Fiscal e Cidadania.

Margarete Iara Franco Moreira

Orientador Prof Dr. Luís Sérgio de Oliveira Lopes

Brasília – Fevereiro, 2010.

FICHA CATALOGRÁFICA

Nome do autor: Moreira, Margarete Iara Franco

Cidadania fiscal: a percepção dos alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública e outra particular, de Campo Grande-MS. Brasília:ESAF-DIREED, 2010. 49 p.

Orientador: Prof. Dr. Luís Sérgio de Oliveira Lopes

Monografia de Especialização - Escola de Administração Fazendária – Diretoria de Educação – Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania.

1. Estado e Sociedade 2. Cidadania 3. Cidadania Fiscal

DEDICATÓRIA

*Dedico esta obra ao meu querido e já falecido pai Anísio,
Que me deu toda a oportunidade de estudar, algo que ele sempre desejou e não teve condições.
E foi este legado que me inspirou o constante desejo do aprender, do saber e do compartilhar.
E com certeza, onde estiver continua iluminando o meu caminho.*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus pela minha saúde e pela minha vida;

Aos meus filhos Carolinne e Luiz Fernando pela compreensão que tiveram durante a minha ausência ao longo de todo este o curso;

Ao meu querido esposo Aurino pelo incentivo e colaboração;

Ao Professor Luís Sérgio, meu orientador e estimulador deste meu trabalho;

A ESAF, pela oportunidade de me oferecer a vaga na 1ª Turma do Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania

A Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, instituição que tenho orgulho de fazer parte, por haver me oportunizado mais este aprendizado;

Aos meus colegas do Programa Estadual de Educação Fiscal/MS;

A todos os colegas, professores, em especial o professor Carlos Ângelo, e funcionários da ESAF que compartilharam comigo a gratificante experiência de participar deste curso de especialização.

LISTA DE ABREVIATURAS**LISTA DE GRÁFICOS****RESUMO****ABSTRACT**

1.INTRODUÇÃO	Pág. 11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	Pág. 14
2.1. Estado, Governo e Sociedade.	Pág. 14
2.2. Cidadania.	Pág. 17
2.3. Cidadania Fiscal	Pág. 20
3. METODOLOGIA	Pág. 23
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	Pág. 25
5.CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 40
REFERÊNCIAS	Pág. 42
APÊNDICES	
APÊNDICE I - Questionário aplicado aos alunos de 9º ano do ensino fundamental .	Pág. 44

LISTA DE ABREVIATURAS

PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal

EMPJA - Escola Municipal Padre José de Anchieta

IPECDA - Instituto de Pesquisa e Ensino Carlos Drumond de Andrade

Epa - Escola Pública

EPr - Escola Particular

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LISTA DE GRÁFICOS

gráfico 1: Quanto ao sexo dos alunos EPa

gráfico 1a: Quanto ao sexo dos alunos EPr

gráfico 2. Idade na Epa

gráfico 2a. Idade na Epr

gráfico 3. Trabalho remuneradoEPa

gráfico 3a. Trabalho remunerado EPr

gráfico 4. Pessoas na famíliaEPa

gráfico 4a. Pessoas na família EPr

gráfico 5. Pais com trabalho Epa

gráfico 5a. Pais com trabalho EPr

gráfico 6. Pais com registro na CTPS Epa

gráfico 6a. Pais com registro na CTPS EPr

gráfico 7. Mães com trabalho EPa

gráfico 7a. Mães com trabalho EPr

gráfico 8. Mães com registro na CTPS EPa

gráfico 8a. Mães com registro na CTPS EPr

gráfico 9. Renda familiar EPa

gráfico 9a. Renda familiar EPr

gráfico 10. Conhecem o ECA Epa

gráfico 10a. Conhecem o ECA EPr

gráfico 11. Participam de grupos Epa

gráfico 11a. Participam de grupo EPr

gráfico 12. Participam de conversa Epa

gráfico 12a. Participam de conversa EPr

gráfico 13. Conceito de Cidadania Epa

gráfico 13a. Conceito de Cidadania EPr

gráfico 14. Conceito de Prefeito EPa

gráfico 14a. Conceito de Prefeito EPr

gráfico 15. Origem dos recursos Epa

gráfico 15a. Origem dos recursos EPr

gráfico 16. Financiamento dos Estudos Epa

gráfico 16a. Origem dos recursos EPr

gráfico 17. Avaliação dos impostos Epa

gráfico 17a. Avaliação dos impostos EPr

gráfico 18. Opinião sobre Nota Fiscal Epa

gráfico 18a. Opinião sobre Nota Fiscal EPr

gráfico 19. Conhece a Câmara de Vereadores Epa

gráfico 19a. Conhece a Câmara de Vereadores EPr

RESUMO

O que produziu a necessidade da elaboração do presente trabalho foi a suposição de que a juventude vive momentos de despreocupação em relação à vida coletiva, à realidade social e econômica. As suas atenções parecem que se voltam para as especificidades das notícias recebidas que também, supostamente restringem e desqualificam os conteúdos da informação e a construção do conhecimento.

O estudo desenvolvido em duas escolas de Campo Grande - MS, uma instituição pública e outra privada para investigar que entendimento tem o aluno do 9º ano sobre cidadania e cidadania fiscal, é feito mediante pesquisa bibliográfica com maior concentração nos assuntos referente às áreas de História e Ciências Políticas no que diz respeito à formação do Estado, cidadania e participação, e o estudo de caso com pesquisa de campo composta de questionário com questões objetivas e diretas e duas questões abertas.

Efetuada a análise dos dados colhidos nas escolas, chegou-se a conclusão de que o aluno tem conhecimento, mesmo elementar, do que seja cidadania, porém não a exerce e, ainda, que os alunos da escola pública têm uma idéia mais apurada do significado do bem público, do que os alunos da escola particular.

PALAVRAS-CHAVES:

ESTADO E SOCIEDADE, CIDADANIA, CIDADANIA FISCAL.

ABSTRACT

What produced the need for the preparation of this work was the assumption that youth living carefree moments with respect to collective life, the social and economic reality. Their attention seem to turn to the specifics of the news received that also supposed to restrict and disqualify the content of information and knowledge building.

The study is carried out in two schools in Campo Grande-MS, a public and a private understanding to investigate what is the student's 9th grade citizenship and citizenship of tax done through literature with greater focus on issues pertaining to the areas of History and political science in relation to state formation, citizenship and participation, and case study field research comprised a questionnaire with objective questions and direct and two open questions.

Subsequent to the analysis of data collected in schools, came to the conclusion that the student has knowledge of even basic of which a is citizenship, but not the exercises, and also that public school students have a more accurate idea of the meaning the public good, than students from private schools.

KEYWORDS:

STATE AND SOCIETY, CITIZENSHIP, CITIZENSHIP TAX

1. INTRODUÇÃO

O que produziu a necessidade da elaboração do presente trabalho foi a suposição de que a juventude vive momentos de despreocupação em relação à vida coletiva, à realidade social e econômica. As suas atenções parece que se voltam para as especificidades das notícias recebidas que também, supostamente restringem e desqualificam os conteúdos da informação e a construção do conhecimento.

Observa-se hoje, que quase tudo que é noticiado, além de se dosar de variedade e instantaneidade, está carregado da imposição da mídia em favor do consumo e as notícias difundidas por esses meios e reproduzidas pela juventude são atuais, atrativas e diversificadas, todavia, nem sempre constroem conhecimentos.

Temas relativos aos mecanismos sociais, políticos e econômicos que muitas vezes geram e reproduzem a pobreza, as discriminações, as desigualdades e os preconceitos, não se constituem em evidentes preocupações da juventude atual.

A prática do individualismo e a apatia presentes nas sociedades democráticas parece que é o cenário que fomenta a vida destes jovens. Embora eles reconheçam a existência, a evidência e os reflexos causados pela exclusão social e econômica, parece que não estão atentos às questões fundamentais que os afetam, nem buscam encarar os problemas ligados a sua faixa etária tais como a discriminação, as altas taxas de evasão escolar, o desemprego, entre outros, quando poderiam ter acuidade crítica, demonstrar disposição para transformar cenários prejudiciais em desejáveis, e assumir compromissos individuais em relação às questões de âmbito coletivo.

O trabalho que ora é apresentado trata sobre o exercício da cidadania e percepção que se tem sobre cidadania fiscal.

Para fazer referências sobre cidadania fiscal é necessário, antes de quaisquer argumentos, considerar a cidadania em seu conceito mais amplo, e não apenas, baseá-la na antiga concepção de que a resume na necessidade de se ter e defender direitos e de se cumprir obrigações. Neste contexto, deve ser vista como um valor que envolva questões de autonomia, de democracia, de participação e de desenvolvimento com justiça social e respeito ambiental.

A autonomia que tenha por principal caráter e fundamento a capacidade de tornar a sociedade capaz de traçar políticas de transformação.

A democracia deve ser entendida como a capacidade que tem a sociedade de se organizar e de participar ativamente das políticas que se propõe implementar no ambiente em que se vive, de modo a buscar a consagração dos direitos sociais básicos fundamentais, para que ela mesma defina seus propósitos, seus valores e seu destino.

A participação que desencadeie em processo de autonomia pessoal, de valorização dos conhecimentos e de crença na capacidade individual e coletiva.

O desenvolvimento com justiça social e respeito ambiental no qual, enquanto o homem pode e deve modificar o ambiente para melhor viver e conviver, mas, em contraponto, não deve destruir o meio em que vive para não prejudicar a vida individual e coletiva.

No Estado Democrático e Social de Direito a atuação da cidadania é exercida não apenas pelo voto, e sim pela participação dos cidadãos nas tomadas de decisões acerca de temas de interesse público que tenham a competência de exercê-la e à Administração tem por competência, levar à prática, por meio de providências concretas, procedimentos que estimulem a participação dos cidadãos no processo de tomadas de decisão de uma comunidade. Para isso, é necessário que o cidadão participe, discuta, decida e planeje o futuro político da comunidade em que vive.

O objetivo deste trabalho é buscar identificar o entendimento que tem o jovem do 9º ano do ensino fundamental de uma escola particular e outra pública, ambas na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, sobre cidadania, e a sua percepção sobre cidadania fiscal.

Visa também investigar a compreensão que eles apresentam sobre este tema, se há diferenças em razão dos alunos questionados pertencerem a instituições de ensino distintas: uma pública e outra particular.

O interesse da pesquisa partiu do ponto de vista sociológico de que é possível supor que atualmente os jovens não percebem o valor que eles próprios têm para o futuro da sociedade e que embora eles não aceitem a sociedade em que vivem não se mobilizam para mudá-la.

Nas décadas de 60 e 70 o movimento dos estudantes era um importante meio de mobilização social que foi reprimido pelas autoridades militares, quando em 1968 houve a maior manifestação de rua contra o regime militar. De 1969 a 1973 o movimento estudantil foi totalmente desarticulado. De lá para cá somente em 1992, voltaram a ganhar força quando milhares de jovens saíram às ruas para pedir o impeachment do então presidente Fernando Collor.

Esses estudantes ficaram conhecidos como “*caras-pintadas*”, já que a maioria deles pintava a face com as cores da bandeira, mas foi somente por um breve período.

Ao que parece, o jovem do Século XXI apresenta maior apatia e menor interesse pela participação. Espaços como os que lhe pertencem por direito democrático, os grêmios estudantis e os diretórios acadêmicos, indicam que se transformaram em clubes de festas e ambientes de encontros fortuitos. Até mesmo a escola ou a faculdade parece não oferecer mais ambientes e equipamentos capazes de estimular o redirecionamento de sua ocupação para fins sócio-políticos. Na ausência dessas alternativas, jovens se transformam em simples e passivos observadores, permanecendo impossibilitados de se prepararem para participar de manifestações que levem a impactos diretos nos processos decisórios que irão afetar suas vidas.

Nessa perspectiva buscou-se inicialmente identificar bibliografias que analisam temas em diversas obras que tratam de cidadania ao longo do tempo, a evolução do estado, governo e sociedade e cidadania fiscal. Após, são apresentadas a estratégia da pesquisa aplicada e a metodologia, seguidas das análises dos resultados encontrados através da leitura dos dados estatísticos resultante da pesquisa de campo.

Na parte final desse trabalho são apresentadas as conclusões e considerações finais, com realce para a diferença de percepção do aluno da escola pública e o da escola particular no que diz respeito ao bem público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Estado, Governo e Sociedade.

Para se conceituar a cidadania em sua percepção mais global ou mesmo em sua conotação mais específica, como a cidadania fiscal é necessário que se atente para os conceitos de Estado, governo e sociedade, pois, são esses valores que, em conjunto com a participação, fundamentam e dão essência à cidadania em seus aspectos mais gerais ou específicos.

Nessa linha de raciocínio, há que se levar em conta o pensamento de Rousseau (2005) quando trata da democracia direta e a define como única forma de garantir a igualdade social entre os homens. Em seu pensamento, Rousseau admite que nenhum homem isoladamente possa ter poderes superiores aos dos demais. O estado, enquanto ente político administrado por homens, que têm interesses pessoais intransferíveis e, na face inversa, a sociedade, enquanto comunidades organizadas para instituir os poderes dos quais é objeto. Não tornarem realidade o que está proposto por Rousseau não é concebido que se admita haver igualdade entre os homens, ou que se viva em ambiente absolutamente democrático. Nem quando se vivia à época do estado natural, sem conflitos, sem delimitação ou definição da propriedade pessoal, nem agora, quando se instituíram na administração do estado e na vida da sociedade, males como a hipocrisia, a ambição, a fraude, a desonestidade, o desrespeito às leis, a corrupção e tantos outros. Não há registro histórico que expresse a tentativa de se organizar um estado pela vontade geral, nos moldes de perfeição propostos por Rousseau, no qual a sociedade civil seja capaz de ceder todos os direitos a todos e a cada um dos seus membros.

Segundo Rousseau, toda soberania passa à comunidade quando se constitui a sociedade civil. Cada indivíduo, ao homologar o contrato social, faz entrega de todos os seus direitos à comunidade, submetendo-se a vontade geral. Assim, o poder soberano não estaria sujeito a qualquer limitação. A vontade geral expressa pelo voto da maioria constitui-se em tribunal de supremacia ilimitada. Seria a última instância de poder. De essência, resta do Contrato de Rousseau o conceito de Estado como uma comunidade politicamente organizada, cuja função soberana é expressar a vontade geral. É administrado pelo governo que nada mais é do que simples agente de execução da vontade do Estado, que é, por sua vez, o representante da vontade geral (do povo).

O governo tem a função de executar a vontade geral da sociedade, e ela é a única responsável por estabelecer ou depor seu governante, sempre que desejar. Assim, o governo é instituído para garantir a vontade da maioria e preservar seus direitos por contrato.

É importante registrar que atualmente essa discussão de fundo sobre a natureza do homem, é que os projetos políticos e sociais marcam a história da humanidade e nela fundam seus alicerces.

Segundo Gallo, 2009, a institucionalização do Estado se baseia na idéia inicial de que o homem é o indivíduo que faz parte como membro efetivo de uma comunidade e que seja capaz de renunciar voluntariamente de si mesmo, para defender não apenas as realidades que o Estado representa (o território, a riqueza e a população), mas também, a própria abstração da potência de todos, centralizada em um único aparato político, o Estado enquanto tal.

O Estado pode ser considerado como a sociedade que, em determinado território, tem o poder de, soberanamente, organizar-se independente de qualquer controle por parte de qualquer outro Estado ou instituição, e de impor, soberanamente, a todos que estiverem em seu território, a sua ordem jurídica.

Enquanto a sociedade antiga não conhece mais que uma sociedade perfeita, o Estado que abarca todas as demais sociedades menores, a sociedade medieval conhece duas delas, o Estado e a Igreja. A secular disputa sobre a preeminência de um ou de outra exige uma delimitação das duas esferas de competência e, portanto de domínio, e conseqüentemente a determinação dos caracteres específicos das duas *potestades*. Torna-se *communis opinio* a distinção entre a *vis directiva*, que é prerrogativa da Igreja, e a *vis coactiva*, que é prerrogativa do Estado. Na contraposição à potestade espiritual e às suas pretensões, os defensores e os detentores da potestade temporal tendem a atribuir ao Estado o direito e o poder exclusivo de exercer a força física sobre um território determinado e com respeito aos habitantes deste território, deixando à Igreja o direito e o poder de ensinar a verdadeira religião e os preceitos da moral, de salvaguardar a doutrina dos erros, de dirigir as consciências para o alcance dos bens espirituais, acima de tudo a salvação da alma. O poder político vai-se assim identificando com o exercício da força e passa a ser definido como aquele poder que, para obter os efeitos desejados (retomando a definição hobbesiana), tem o direito de se servir da força, embora em última instância, como *extrema ratio*. Aqui, o critério de distinção entre poder político e poder religioso é novamente o meio empregado: o poder espiritual serve-se principalmente de meios psicológicos mesmo quando se serve da ameaça de penas ou da promessa de prêmios ultraterrenos; o poder político serve-se também da constrição física, como a que é exercida mediante as armas (BOBBIO, 2007, p. 80).

Percebe-se que houve uma evolução nas concepções de Estado e de sociedade, mesmo que continue a existir a desigualdade, na qual o poder dos fortes sobrepõe-se ao dos mais fracos.

O critério do meio é o mais comumente usado inclusive porque permite uma tipologia ao mesmo tempo simples e iluminadora: a tipologia assim chamada dos três poderes -

econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força. O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. Em qualquer sociedade onde existem proprietários e não proprietários, o poder do proprietário deriva da possibilidade que a disposição exclusiva de um bem lhe dá de obter que o não proprietário (ou proprietário apenas da sua força-trabalho) trabalhe para ele e nas condições por ele estabelecidas. O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Deste tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados "intelectuais", nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto. O que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores (BOBBIO, 2007, p. 82-83).

Governo é o núcleo decisório do Estado, encarregado da gestão da coisa pública. Enquanto o Estado é permanente, o governo é transitório e, por sua vez, a sociedade, numa democracia, é a fonte real do poder do Estado.

2.2. Cidadania.

Atualmente ouve-se repetidas vezes por dia, o emprego da palavra cidadania nos discursos diários de apresentadores de noticiários, de educadores, de políticos e de outros profissionais. A grande freqüência de uso da palavra está desfigurando-a em seu significado e quebrando-lhe a consistência conceitual. A vulgaridade do seu uso e os descuidos em seu emprego têm tornado extremamente difícil manter-lhe o verdadeiro significado.

No presente trabalho a cidadania será apresentada conforme conceituada por alguns renomados escritores e intelectuais brasileiros, que a usam e a conceituam com a agregação do conteúdo da participação do cidadão na vida do Estado.

Foi nessa linha de raciocínio que se buscou apreender dos jovens 9º ano das duas escolas selecionadas, a percepção que eles detêm do conceito de cidadania no mundo em que vivem. A razão fundamental da seleção dessas escolas e desses jovens decorreu da suposição de que eles vivem num universo onde os meios de comunicação de massa são também reconhecidos como importantes agentes de socialização e por tê-los como pretensos consumidores de bens de consumo.

Com esses bens, os jovens se sentem integrados e participativos na vida dos grupos, nas galeras, nas turmas e, perfeitamente informado sobre os interesses do grupo a que pertença, por outro lado a mídia colabora, às vezes, através de seus programas, veículo da contra-informação, do desprezo, da desconsideração e do desrespeito à cidadania. Ter esses programas como fonte de criação de desejos de consumo inexplicáveis e de formação medíocre, para eles, é estar verdadeiramente “inserido no contexto”. Por isso, não lhes sobra tempo para se preocupar com informações que induzam à reflexão acerca dos direitos humanos, do meio ambiente e da cidadania. Nem no seio de seu lar nem na escola não buscam se instruir sobre caminhos que conduzem à cidadania e seu exercício e, especialmente, ao direito de votar.

Na França do Século XVIII, foi adotado o conceito de cidadania a partir da concepção romana de que estrangeiros e escravos eram dela excluídos. Somente alguns homens, escolhidos por critérios excludentes, gozavam da cidadania. Só os cidadãos ativos poderiam participar das decisões política, através do voto. Assim, constata-se que a cidadania Francesa do século XVIII teve quase que exclusivamente, um sentido político, por não considerar indistintamente o valor humano de cada pessoa do seu povo. A partir do século XIX, por interferência dos intelectuais

franceses e a participação do cidadão do povo, foi assentada a idéia de que direitos específicos de cidadania são os relacionados com o governo e a vida pública, como o de votar e de ser votado. Há jovens, que certamente gozarão dos direitos à cidadania, que desprezam, por apatia, o direito de votar aos dezesseis anos, por desconhecer a importância do voto e do exercício da cidadania.

Para muitos, a cidadania se baseia exclusivamente na compreensão da necessidade do cumprimento de deveres e na exigência de direitos. Exigência de direitos essa que nasce da necessidade de se defender da prepotência, da pressão, da imposição e da opressão de todas as formas, especialmente a dos governos, que fundam sua ação no uso arbitrário do poder.

Existe o entendimento que cidadania pressupõe liberdade. Na visão de Garcia (1994, p. 120-121 apud SIQUEIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2009, P. 244):

A cidadania é a quintessência da liberdade, o ápice das possibilidades do agir individual, o aspecto eminentemente político da liberdade. A noção de uma liberdade puramente defensiva que se concebe, antes de tudo como resistência ao poder que se supõe arbitrário, não mais convém a nossa época. A liberdade deve-se tornar mais e mais participação: o cidadão deve participar nas grandes decisões políticas, deve participar mais ativamente do que até agora na gestão dos assuntos locais, deve também participar na gestão dos serviços econômicos e sociais, tais como a Seguridade Social e, sobretudo, na concretização de medidas de proteção das liberdades, questão sempre polêmica.

Complementando o entendimento de Garcia, pode-se dizer que não há possibilidade de haver cidadania sem haver democracia, uma vez que a cidadania é exercida em espaço público, por indivíduos conscientes. No Brasil a cidadania é o desdobramento da liberdade e da soberania do povo, garantida pela Constituição Federal.

Cidadania implica no sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro (PINSKY, PYNSKI, 2003, p. 46)

Vários autores escreveram sobre Cidadania, dentre eles, Dallari, que entende que a cidadania expressa um conjunto de preceitos que dá ao cidadão comum o direito de participar

ativamente da vida e do governo de seu povo. Ato que se exterioriza essencialmente pelo exercício dos direitos políticos e da participação e não somente com o simples exercício do voto.

Não gozar a cidadania significa estar marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões ficando, portanto, numa posição de inferioridade dentro do grupo social em que se vive. Assim, ser cidadão (o que goza da cidadania) não é mais simplesmente ser o eleitor que vota, nem o candidato em que se vota.

Cidadão é o sujeito ativo, responsável por sua história, participante de políticas, com direitos e requisitos necessários para participar das decisões do Estado, colocando-se na condição de crítico arbitrário, com poderes de fiscalizar a Administração Pública.

2.3. Cidadania fiscal.

Pode-se dizer que nos dias atuais, nos países democráticos e desenvolvidos, a elaboração do Orçamento Público envolve toda a sociedade num debate amplo com atuação permanente dos representantes de classe, especialistas expõem suas opiniões, representantes de vários segmentos da sociedade e ainda pelos parlamentares, porque tem a consciência de que os recursos que serão empregados neste orçamento público influem na vida da sociedade.

Sabe-se também, que esta gama de recursos operacionalizada pela execução orçamentária é oriunda de arrecadação de tributos, retirado de cada cidadão brasileiro. Mas a sociedade brasileira tem demonstrado baixo interesse pela participação, seja nas audiências públicas, seja na elaboração dos orçamentos públicos. As explicações para este desinteresse vão desde os anos de autoritarismo militar, onde a participação popular era quase impossível, seguida de anos sucessivos de inflação, que fazia do orçamento mais uma peça de ficção do que qualquer outra coisa. E ainda mais, falta de motivação do cidadão em participação, está muitas vezes atrelada à falta de informação seus direitos e deveres, a falta de resposta às solicitações feitas àquilo que envolve o aparato do Estado.

Quanto aos tributos, sabe-se que desde os tempos mais remotos, são eles os financiadores das despesas públicas.

Para o PNEF (2008), com a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, constituiu-se em etapa importante para a humanidade, que precisa assegurar-lhe efetividade.

Para que haja a efetividade da Declaração dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo, a luta pela cidadania está atada à questão fiscal: nenhum direito social ganha concretude sem política pública. E toda política pública depende de recursos, que em sua maioria, é proveniente de arrecadação tributária.

A tributação incide sobre o patrimônio, a renda e o consumo dos cidadãos, que vivendo numa sociedade pluralista e ao mesmo tempo desigual e injusta, faz-se necessário um sistema socialmente justo e economicamente eficiente que possa eliminar as desigualdades. Nesse sentido, a cidadania fiscal é um importante elo na efetivação da dignidade da pessoa humana e a ampliação dos direitos humanos por meio da execução de políticas públicas.

Atualmente o País vive uma economia mais estável e uma democracia mais ampla, e neste ambiente é o que se busca apurar junto aos jovens do 9º ano, futuros (e alguns até) eleitores, se eles estão preparados para uma exercer a cidadania fiscal.

Cidadania Fiscal tem por objetivo avançar no conhecimento sobre o tema cidadania, analisada sob o ponto de vista do contribuinte tributário. Discutir com diversas

comunidades o tema da cidadania. Levar os industriais, comerciantes, alunos e consumidores em geral a se conscientizarem da idéia de que cada um deles é um pagador de impostos. Contribuinte não é o melhor termo para designar quem arca com a receita tributária. Fazer com que se difunda o quanto paga de tributo e qual o serviço estatal que lhe é prestado em decorrência de ser um participante nos negócios do estado. É importante redefinir o interesse público, não mais como um interesse exclusivo do Estado, mas a serviço de quem ele está voltado, a quem protege e quem está garantido pelo interesse público (BARBOSA, 2005, p. 12).

Outro aspecto ser visto dentro de Cidadania Fiscal é a questão do Controle Social, que é a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, monitoramento e no controle do gasto público.

O controle social no Brasil, um país continental com milhares de municípios, torna-se indispensável para que haja redução na corrupção e a correta aplicação dos recursos arrecadados para que possam ser cumpridas as políticas públicas de forma eficiente, fazendo que sejam atendidos os anseios da sociedade.

Existem vários conceitos de cidadania, entre eles, Costa (2008), aponta que cidadania é um conceito abstrato que só se efetiva na participação política do cidadão e que é forte a crença de que o processo de participação política desencadeie também na, valorização de saberes, crença na capacidade individual e coletiva, tentativa de restituir espaços de manifestação para que o discurso da cidadania seja realmente vivenciado.

A participação política na visão de na visão de Kaase e Marsh (1994, apud COSTA, 2008, p. 36):

Participação política são todas aquelas atividades voluntárias e individuais dos cidadãos que se pretenda que influa direta ou indiretamente sobre as eleições políticas em diversos níveis do sistema político, ao qual se deve acrescentar a união deste conceito com o conceito de democracia, ou sua inserção nele como consequência lógica, já que a essência de um regime democrático, e que em última instância o legitima, é a possibilidade dos cidadãos tem de influenciar o curso dos acontecimentos políticos. Portanto, no nível formal, uma democracia deve possuir canais participativos precisos para que seja o conjunto de cidadão o autêntico responsável por seus destinos.

Segundo Nascimento (1992, p. 15) “o Estado não gasta em seu próprio benefício. As necessidades são exclusivas das pessoas que integram o grupo social e, os fins perseguidos pelo Estado vinculam-se ao mais amplo atendimento desses reclamos”.

Se o recurso é retirado da população através da tributação para ser retornado a este mesmo local, nada mais pertinente que a fiscalização tanto do recolhimento, quanto o da aplicação, seja feita por esta população, no exercício de sua cidadania fiscal.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o estudo do entendimento que o jovem do 9º ano de uma escola pública e outra particular, tem sobre cidadania e sobre cidadania fiscal.

O modelo conceitual operativo desta pesquisa teve como parâmetro a pesquisa bibliográfica seguindo o direcionamento do referencial bibliográfico, e o estudo de caso.

Todavia, o estudo de caso é muito freqüente na pesquisa social, devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer a aplicação de técnicas de massa para coleta de dados, como ocorre nos levantamentos. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é recomendável nas fases de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (GIL, 2002, p. 140).

A pesquisa teórico-bibliográfica teve maior concentração nos assuntos referente às áreas de Historia e Ciências Políticas no que diz respeito à formação do Estado, cidadania e participação.

A pesquisa de campo utilizada foi composta de um questionário, contendo vinte questões objetivas e diretas e duas questões abertas. O questionário foi padronizado, com o objetivo de dar maior precisão no resultado da pesquisa. Foi uniformizado para que os alunos percebessem a pergunta da mesma maneira, na mesma ordem e com as mesmas opções de resposta.

Creswell (2007, P. 32) diz que nos estudos quantitativos, os investigadores usam questões e hipóteses de pesquisa para moldar e focar especificamente o objetivo do estudo. As questões de pesquisa são declarações interrogativas ou questões que o investigador tenta responder.

Para perceber o real entendimento dos pesquisado, as duas últimas perguntas do questionário foram abertas, visando a sua real percepção com suas próprias palavras, entendimento alusivo ao tema. O objetivo destas duas últimas perguntas foi para que o entrevistado pudesse dar seu próprio parecer, sem a determinação de respostas preestabelecidas. Cópia do questionário encontra-se no Apêndice I desta monografia.

O universo de pesquisa foi composto por alunos do 9º ano da Escola Municipal Padre José de Anchieta e do Instituto de Pesquisa e Ensino Carlos Drumond de Andrade. A escola pública com 56 alunos e a escola particular com 29 alunos. A aplicação do questionário em ambas as

escolas foi precedida de uma conversa com os alunos sobre a importância da pesquisa e explicado que a participação deles não era obrigatória.

Responderam o questionário 32 alunos da EMPJA e 16 alunos do IPECDA. Todos os alunos responderam as questões objetivas, no entanto quando se tratou das questões abertas, dos alunos da EMPJA oito alunos se abstiveram da resposta da primeira questão e quinze alunos da segunda questão, e dos alunos do IPECDA um aluno se absteve da resposta da primeira questão e três da segunda questão.

A EMPJA está situada à rua Dom Pedro II, nº 239, Bairro Planalto, 79009-420, em Campo Grande-MS e a IPECDA está situado à rua Guaratuba, 375, Bairro Planalto 79110-220, na mesma capital.

Foram realizadas análises estatísticas descritivas com os dados da pesquisa. Os resultados das análises estão no tópico 4 desta Monografia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atores da pesquisa foram os alunos do 9º ano de duas instituições escolares. Foram 32 alunos da EMPJA e 16 alunos do IPECDA, perfazendo um total de 48 entrevistados.

Foram contemplados alguns elementos que dizem respeito ao entrevistados em relação ao sexo, renda familiar, se o pai e a mãe trabalham, se o menor tem trabalho remunerado.

a) Respostas da perguntas objetivas

O gráfico 1, é meramente ilustrativo, porque não foi analisada a interferência do sexo na pesquisa.

Dos 32 alunos da EMPJA, que responderam o questionário 50% eram do sexo feminino e 50% do sexo masculino, e os 16 alunos da IPECDA 19% eram do sexo feminino e 81% do sexo masculino.

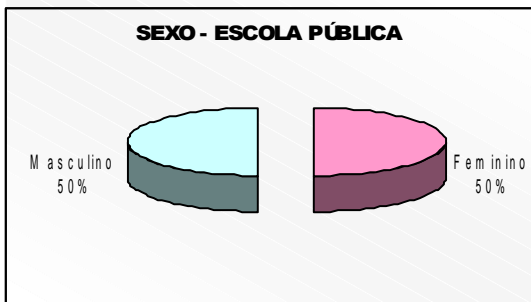


gráfico 1: Quanto ao sexo dos alunos EPa

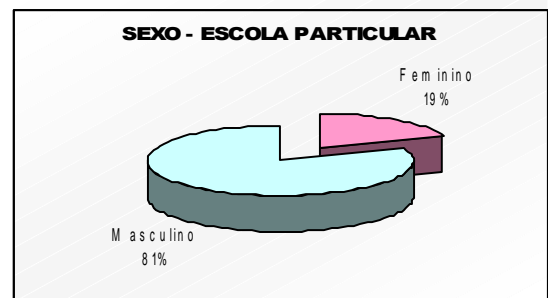


gráfico 1a: Quanto ao sexo dos alunos EPr

O que se verifica com a análise destes gráficos, é que na escola pública existe uma paridade de alunos do sexo feminino com os de sexo masculino. Na escola particular a maioria é do sexo masculino.

Questionados sobre a idade, 60% dos alunos da Epa tem 14 anos, 19% tem 15 anos, 12% tem 13 anos e 9% tem 16 anos. Na Epr 43% dos alunos tem 14 anos, 25% tem 13 anos, 19% tem 16 anos e 13% tem 15 anos.

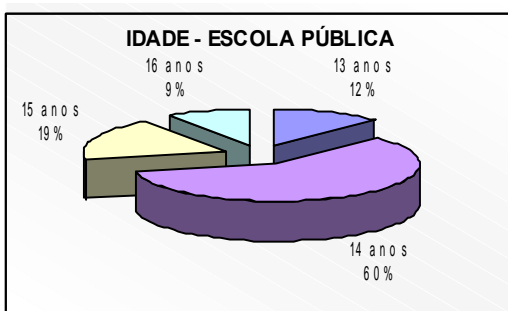


gráfico 2. Idade na EPa

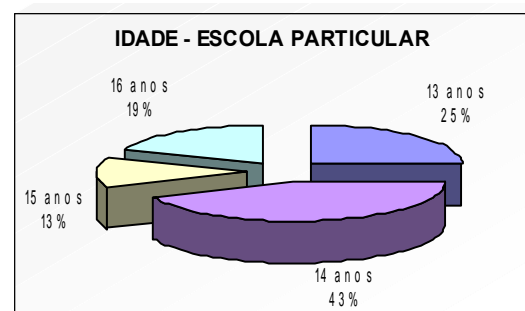


gráfico 2a. Idade na Epr

Quanto à idade percebe-se que 72% dos alunos da EPa estão cursando o ano compatível com sua idade e que somente 28% deveriam já estar cursando o ensino médio de acordo com o MEC. No que se refere a EPr, 68% estão cursando o ano compatível com sua idade e que 32% deveriam já estar cursando o ensino médio.

Dos estudantes da EPa 87% não trabalham e 13% trabalham. Dos alunos da EPr, 25% são trabalhadores com remuneração e 75% não trabalham.

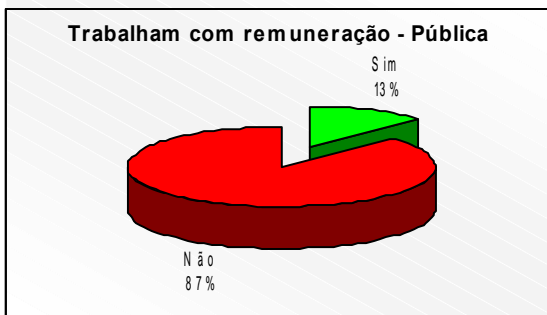


gráfico 3. Trabalho remuneradoEPa

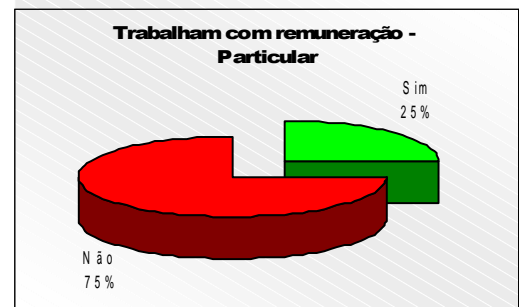


gráfico 3a. Trabalho remunerado EPr

Desta análise conclui-se que a o percentual dos alunos da EPr que tem trabalho remunerado é maior (25%), que os alunos da EPa (13%).

O número de pessoas na família da EPa é constituído de 6% até 3 pessoas, 47% de 4, 19% de 5 e de 28% de 6 ou mais pessoas. O número de pessoas nas famílias dos alunos da EPr é constituído de 7% de 3 pessoas, 56% de 4, 31% de 5 e 6% de 6 ou mais pessoas.

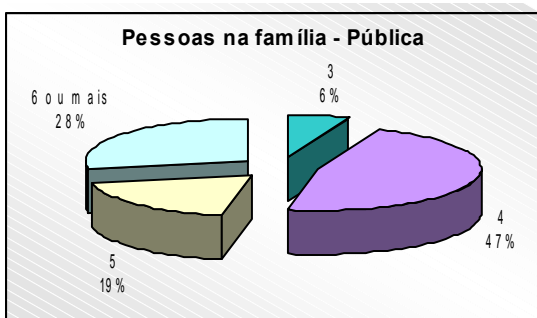


gráfico 4. Pessoas na famíliaEPa

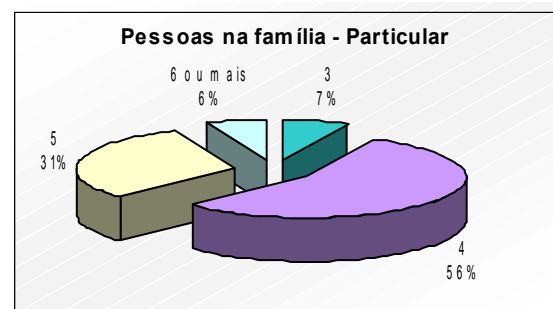


gráfico 4a. Pessoas na família EPr

Pode-se dizer que os alunos da EPa tem a família mais numerosa, uma vez que 47% tem 5 ou mais pessoas na família e os alunos da EPr , apenas 37% tem mais que 5 pessoas.

Dos pais dos estudantes tanto dada EPa, quanto da EPr; 94% trabalham e 6% não trabalham.

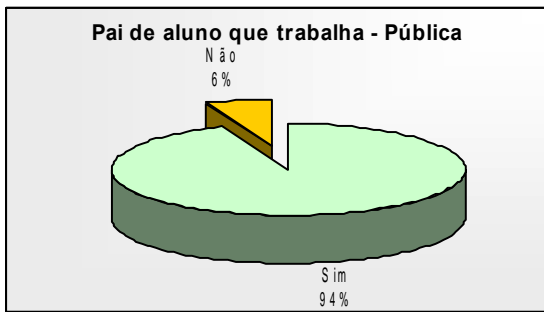


gráfico 5. Pais com trabalho EPA

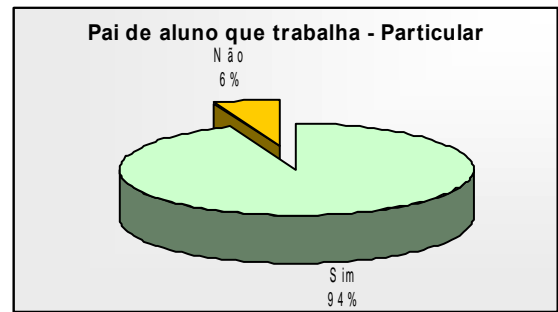


gráfico 5a. Pais com trabalho EPr

Dos pais dos alunos da EPA 40% não tem carteira de trabalho assinada pelos seus empregadores e 60% estão devidamente registrados. Dos pais dos alunos da EPr 80% tem seu registro na CTPS e 20% não estão registrados.

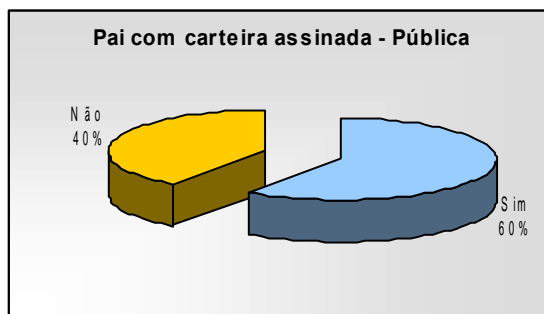


gráfico 6. Pais com registro na CTPS EPA

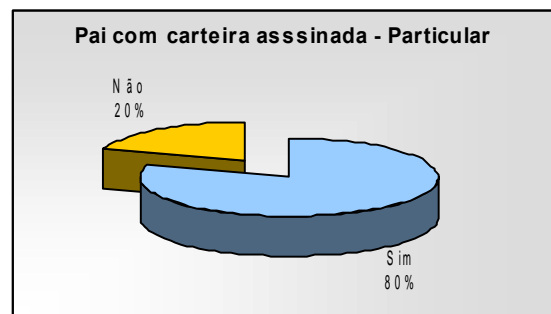


gráfico 6a. Pais com registro na CTPS EPr

Embora havendo paridade no percentual dos pais que trabalham, o percentual dos pais dos alunos da EPr quem tem a carteira assinada por seus empregadores é maior (80%) que os pais dos alunos da EPA (60%).

Das mães dos alunos da EPA, 72% trabalham e 28% não trabalham, e as mães dos alunos da EPr 81% trabalham e 19% não trabalham.

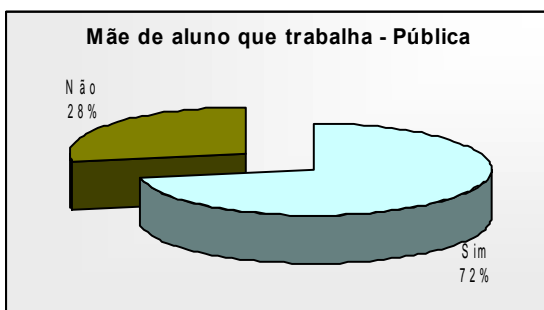


gráfico 7. Mães com trabalho EPA

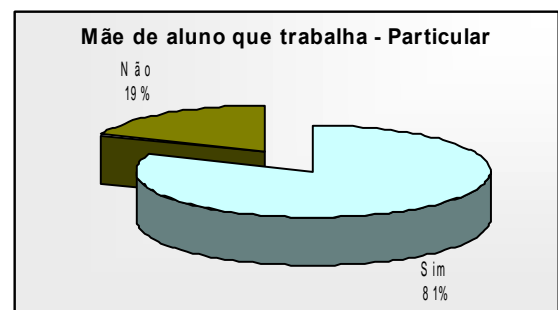


gráfico 7a. Mães com trabalho EPr

Questionados sobre o fato das mães que trabalham possuírem CTPS assinada, 65% dos alunos da EPa responderam que as mães são registradas, 35% responderam que não são. Quanto aos alunos da EPr, 85% dos alunos responderam que a mãe tem CTPS assinada e 15% responderam que a mãe não é registrada.



gráfico 8. Mães com registro na CTPS EPa

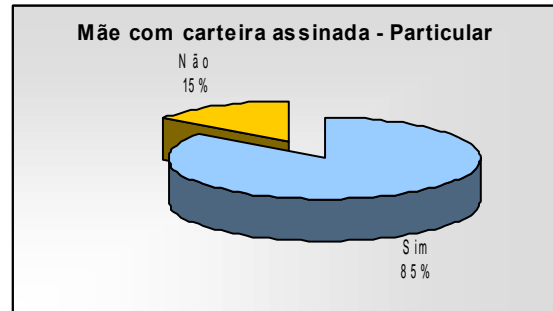


gráfico 8a. Mães com registro na CTPS EPr

Embora o percentual das mães dos alunos da EPa que trabalham ser menor (72%) que o percentual das mães dos alunos da EPr (85%), verifica-se que o percentual de ilegalidade no que se refere à questão trabalhista é maior (35%) do que as mães dos alunos da EPr (15%).

Mesmo que, de acordo com Pinski (2003), cidadania seja considerada um sentimento comunitário, um processo de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e o cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos; o que se verifica neste presente caso é que mães e pais estão trabalhando sem a cobertura da Legislação Trabalhista, o que poderia levar a pensar que não estão no exercício de sua cidadania.

No entanto muitas pessoas têm que encarar um emprego sem carteira assinada, ter um pequeno negócio por conta própria ou viver de bicos. A informalidade caminha de mãos dadas com o desemprego e entre ficar desempregado e ter uma renda para auxiliar no sustento da família faz com que algumas pessoas abram mão de seus direitos, não por vontade, mas por não terem outra opção. Os motivos que levam a este trabalho informal é uma das características de sociedades excludentes.

Quanto à renda familiar mensal, 50% das famílias dos estudantes da EPa está situada nas faixas de R\$ 465,00 a R\$ 1.350,00 (25% de R\$ 465,00 a R\$ 930,00 e 25% de R\$ 930,00 a R\$ 1.935,00), 22% com renda superior a R\$ 1.860,00, 19% com renda até entre R\$ 1.396,00 e R\$ 1.860,00 e 9% com renda até R\$ 465,00.

Nas famílias dos alunos da EPr não existe nenhuma delas que tenha renda familiar até R\$ 465,00, 63% tem renda superior a R\$ 1.860,00, 25% com renda entre R\$ 930,00 e R\$ 1.395,00, 6% renda entre R\$ 1.396,00 e R\$ 1.860,00 e 6% com renda entre R\$ 465,00 e R\$ 930,00.

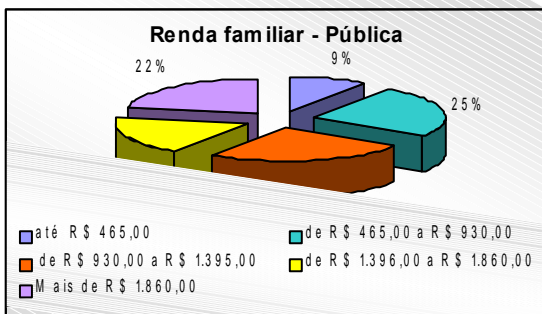


gráfico 9. Renda familiar EPa

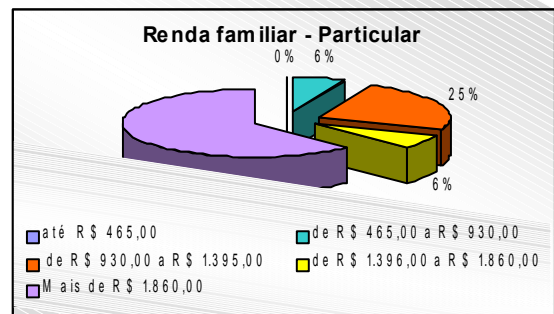


gráfico 9a. Renda familiar EPr

Efetuada a pergunta se os jovens conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, 78% dos alunos da EPa responderam que conhecem e 63% dos alunos da EPr conhecem.

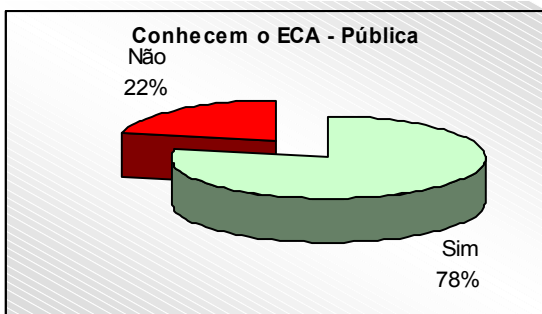


gráfico 10. Conhecem o ECA EPa

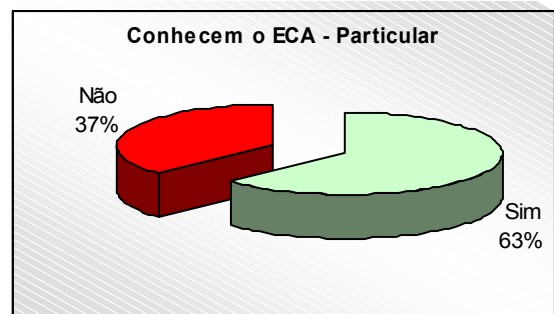


gráfico 10a. Conhecem o ECA EPr

De acordo com o Estatuto da criança e do Adolescente, toda criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.¹

¹ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Segundo Dallari (2004), cidadania expressa um conjunto de direitos que dá ao cidadão comum, o direito de participar ativamente da vida e do governo de seu povo, que se exterioriza essencialmente pelo exercício dos direitos políticos e participação. Há que se supor a dificuldade do exercício da cidadania, se não se tem o conhecimento dos direitos que lhes são inerentes, como é o caso dos 22% dos alunos da EPa e 37% da EPr.

Questionados sobre participação de algum tipo grupo social ou atividade, 47% dos alunos da EPa, não participam de nenhuma atividade ou sociedade, 28% participam de algum time de esporte, 13% de grupo religioso, 9% de outra atividade e 3% de grêmio estudantil. Dos alunos da EPr, 69% participam de algum tipo de esporte e 31% não tem nenhuma participação em qualquer grupo social, diferente do da escola.

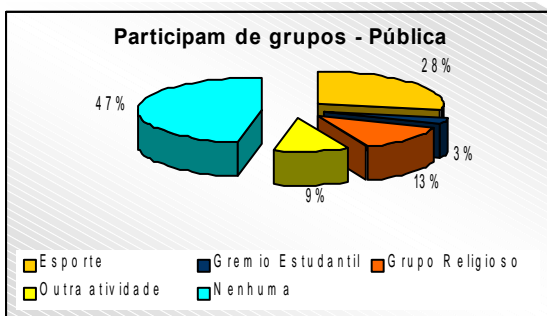


gráfico 11. Participam de grupos EPa

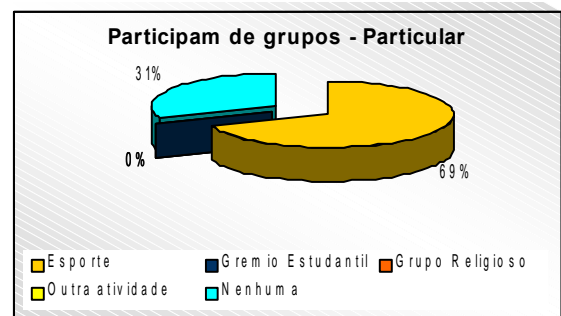


gráfico 11a. Participam de grupo EPr

Feita a análise do gráfico percebe-se o pouco interesse em participação dos jovens em relação a grupos de caráter social e político.

Para Carvalho (2008) as pessoas se tornam cidadãos à medida que passam a se sentir parte de uma nação e de um Estado e é correto acrescentar quando se sentem pertencentes ao lugar onde moram.

De acordo com Pérez (2008) para que se tornem cidadãos; precisam descobrir que 'caminhos' podem ser trilhados, não só individual, como também coletivamente; significa poder descobrir, com os outros, que a comunidade em que moram está sempre sendo construída, significa poder se sentir tendo a ver com os problemas e dificuldades do local onde vivem e não como algo que não lhes diz respeito.

A participação em grêmios estudantis, clube de leitura, grupo religioso auxiliam os jovens se sentirem integrados no ambiente em que vivem, a se sentirem pertencentes a uma comunidade e que não estão isolados no mundo. A idéia de pertencimento poderá ser construída a partir da

possibilidade deles entrarem em contato com uma história coletiva, com um passado que se faz presente a partir da fala do outro. É preciso que eles conversem entre si e com os adultos, que conversem sobre as suas ações para que o espaço ganhe um sentido coletivo, onde eles também sejam atores.

A seguinte pergunta feita aos jovens foi no intuito de perceber a socialização juvenil dentro da escola: na sua escola você participa de conversas a respeito das decisões que afetam sua vida? Apenas 22% dos alunos da EPa, responderam sim e 44% dos alunos da EPr, responderam afirmativamente.

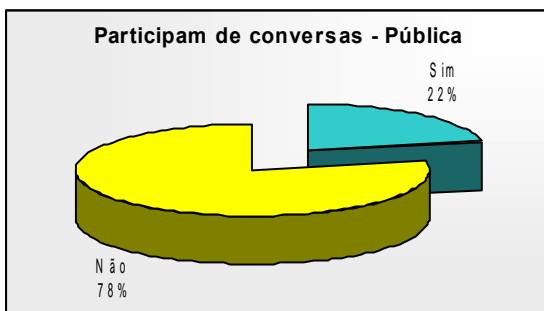


gráfico 12. Participam de conversa EPa

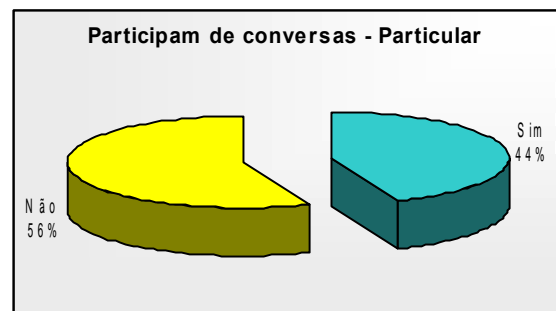


gráfico 12a. Participam de conversa EPr

A socialização juvenil, aqui apresentada é entendida como o processo de transmissão de normas, valores e costumes, que tem, entre os seus objetivos, assegurar a reprodução social, através de “agentes socializadores”, neste caso a escola. Haveria de se supor que neste ambiente coletivo, a discussão de fatos que possam influenciar na vida destes jovens fosse amplamente discutida.

Para identificar a percepção que o jovem tem sobre cidadania a questão apresentou várias propostas. Para os alunos da EPa, 44% entendem que cidadania é participação, cumprir com obrigações e exigir seus direitos, votar e participar das atividades da comunidade, outros 44% entende como o cumprimento das suas obrigações e exigência de seus direitos e 12%, participar das atividades da comunidade.

Para os alunos da EPr; 50% entende como o cumprimento das suas obrigações e exigência de seus direitos e os outro 50% entendem cidadania como a participação das atividades da escola e comunidade.

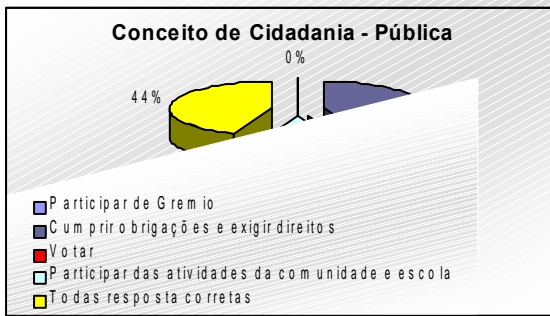


gráfico 13. Conceito de Cidadania EPa

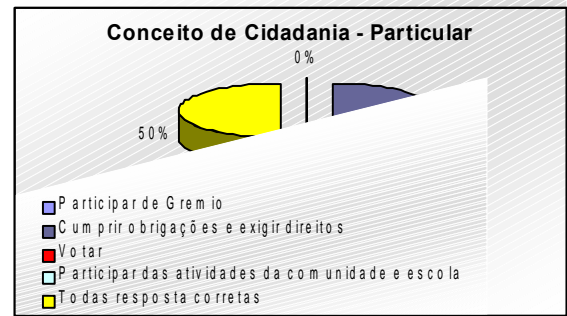


gráfico 13a. Conceito de Cidadania EPr

O que se apresenta no gráfico é que o jovem tem uma compreensão do que seja a cidadania, no entanto em relação aos gráficos 11 e 11a, embora conhecendo, não exercem.

Na década de sessenta, um dos principais grupos era o dos estudantes universitários e do ensino médio. Foram os movimentos estudantis tradicionalmente o modelo de juventude e, durante décadas, o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas, assim como por mudanças sociais.

No entanto esse desejo de participação nos jovens parece que oscila no transcorrer da história, o que facilita entender a atual apatia juvenil, principalmente em relação à participação política, em comparação com os das décadas anteriores.

Dos entrevistados da EPa e da EPr 94% conceitua o Prefeito como administrador de uma cidade, eleito pelo povo, 3% dos alunos da EPa considera o Prefeito o dono da cidade e 3% outra resposta. 6% dos alunos da EPr entendem o Prefeito como dono da cidade.

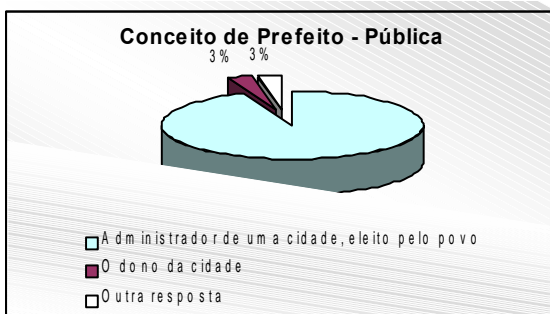


gráfico 14. Conceito de Prefeito EPa

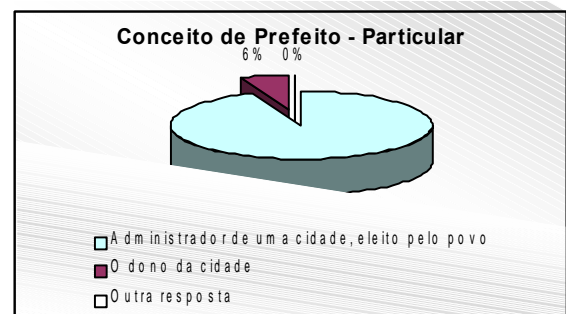


gráfico 14a. Conceito de Prefeito EPr

A grande maioria (94%) dos jovens sabe que o Prefeito de uma cidade é alguém eleito pelo povo e que é ele quem administra a cidade, no entanto há também quem entenda como

sendo o “dono da cidade”. Para o exercício do voto é fundamental que o jovem entenda o motivo pelo qual ele está indo à urna e para que.

Questionados se sabiam com que recursos o Prefeito administra a cidade, 90% dos alunos tanta da EPa quanto da EPr, responderam que eram recurso provenientes dos pagamentos dos impostos.

Como no questionário, eles podiam responder mais que uma pergunta 9% dos alunos da EPa entendem também que seja recurso dos comerciantes, industriais e prestadores de serviços e 6% não sabe de onde vem. Dos alunos da EPr, 13% não sabe de onde vem os recursos.

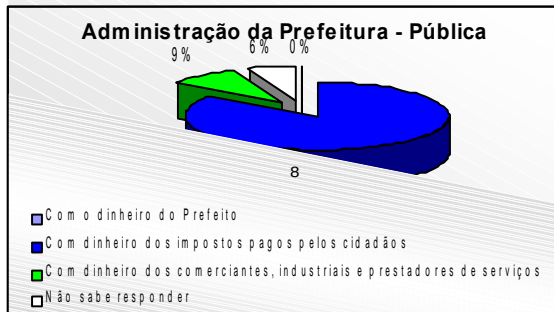


gráfico 15. Origem dos recursos EPa

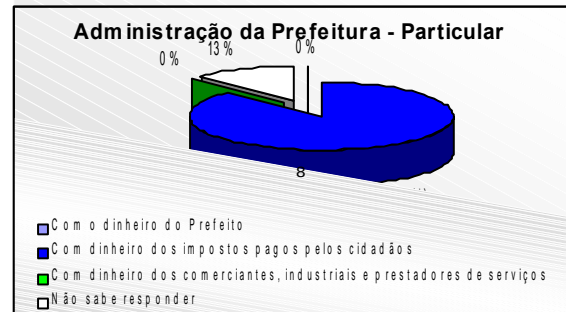


gráfico 15a. Origem dos recursos EPr

A questão de número 16 foi perguntar se eles sabiam se a instituição deles era pública ou particular e 100% tinha consciência do tipo de sua instituição.

No que diz respeito ao financiamento de seus estudos 68% dos alunos da EPa responderam que é dinheiro dos impostos, 28% do dinheiro dos pais (porém 5% responderam também que é com o dinheiro dos impostos), 6% não souberam responder e 3% não sabe de onde vem. Os alunos da EPr, todos responderam que são seus pais quem financia seus estudos.

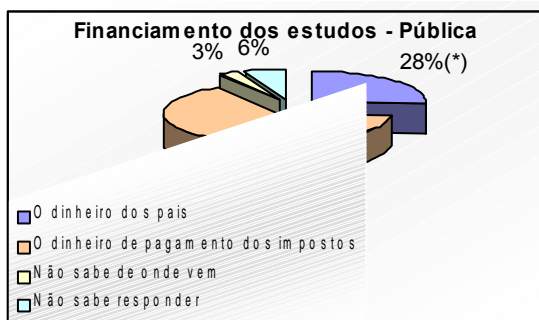


gráfico 16. Financiamento dos Estudos EPa

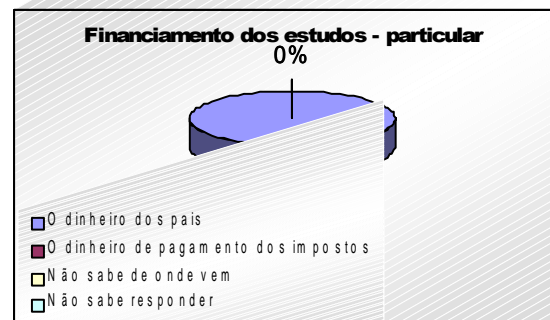


gráfico 16a. Origem dos recursos EPr

O financiamento da educação no Brasil provém de recursos públicos, de empresas privadas e dos cidadãos. Se o financiamento das escolas públicas provém dos impostos, qual seria então a avaliação que os alunos fazem sobre impostos? Dos alunos da EPa, 50% entendem que todos pagam (62% dos 50% responderam também que deve ser fiscalizado pela população) 41% deve ser fiscalizado pela população (90% dos 41% destes acham que é algo que todos pagam), 34% como importante para a população (80% entendem que é algo que todos pagam e 85% que é importante para a população) e somente 6% como algo que não devia ser cobrado.

Para 44% dos alunos da EPr, o imposto é algo que todos pagam, 31% deve ser fiscalizado pela população, 18% importante para a população (destes 18%, 50% acham que deve ser também fiscalizado pela população) e 16% pensam que seja algo que não deva ser cobrado.

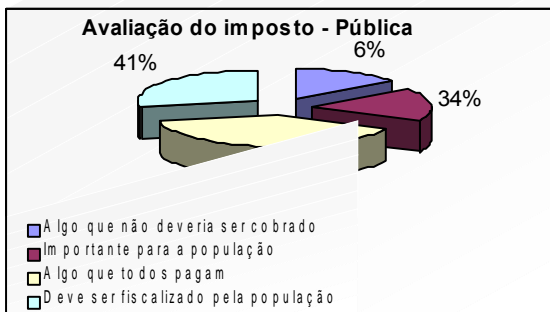


gráfico 17. Avaliação dos impostos EPa

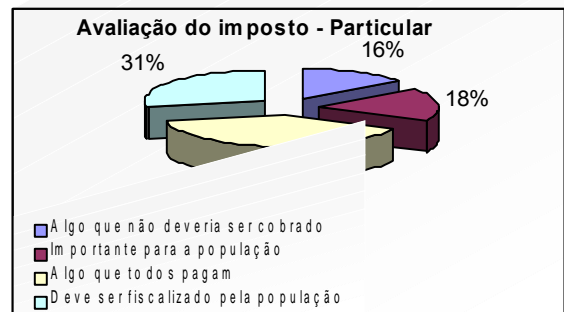


gráfico 17a. Avaliação dos impostos EPr

No que tange a compreensão dos jovens sobre impostos, esta pesquisa aponta que o aluno de escola pública tem uma visão maior a respeito da importância dos impostos.

Questionados sobre a exigência da Nota Fiscal 97% dos alunos da EPa compreendem que elas devem ser exigidas em todas as compras de bens e serviços e somente 3% responderam que é algo que não tem importância. Em relação aos alunos da EPr 13% entende a nota fiscal deve ser exigida somente nas grandes compras e 87%, que deve ser exigida em todas as compras.

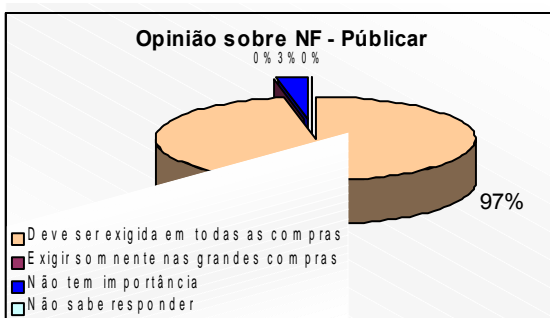


gráfico 18. Opinião sobre Nota Fiscal EPa

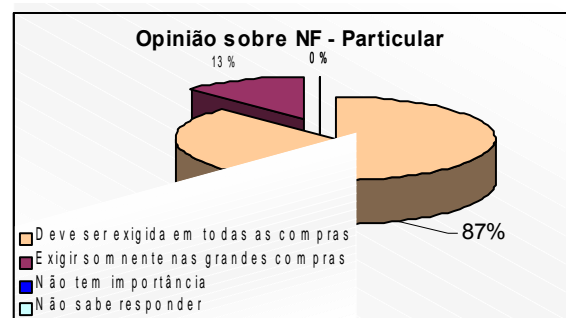


gráfico 18a. Opinião sobre Nota Fiscal EPr

A nota fiscal é um documento comprobatório da titularidade e posse de bens ou ainda de aceitação de um serviço, e que devidamente emitida pelo contribuinte é uma das formas de assegurar que os valores dos tributos incidentes nos produtos ou serviços cheguem aos cofres públicos permitindo que retornem a população em forma de serviços públicos. Outro aspecto deste documento é a importância que tem no Código de Defesa do Consumidor. Pelos gráficos acima, percebe-se que os jovens em sua grande maioria têm a consciência da importância deste documento.

A seguinte pergunta partiu do princípio que Câmara de Vereadores é o órgão legislativo dos municípios e configura-se como a assembléia de representantes dos cidadãos dos municípios a que pertencem.

87% dos estudantes da Epa sabem o que é Câmara de vereadores, bem como 68% dos alunos da EPr.

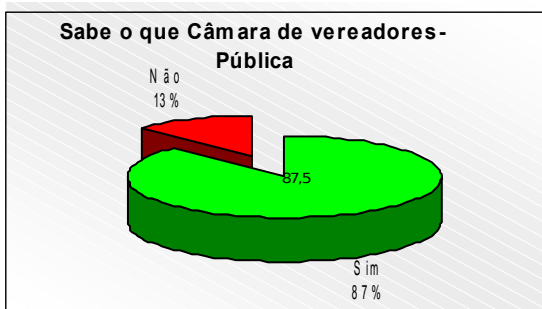


gráfico 19. Conhece a Câmara de Vereadores Epa

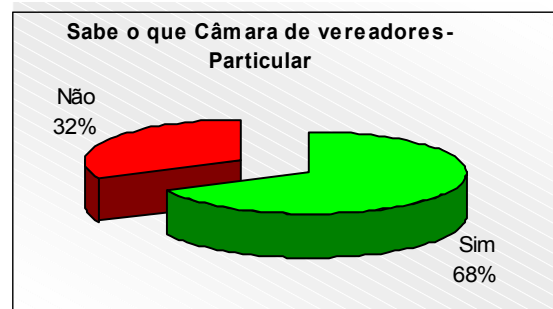


gráfico 19a. Conhece a Câmara de Vereadores EPr

Neste gráfico, verifica-se que os alunos da Epa tem um conhecimento maior sobre a Câmara de vereadores que os alunos da EPr. É importante frisar que a Câmara de vereadores é formada a partir dos candidatos que obtém o maior número de votos em uma eleição e representam o povo que o elegeu. Neste contexto entende-se a legitimação do contrato social quando o eleitor entrega os seus direitos ao vereador, por sua vez à comunidade, submetendo-se a vontade geral. Esta vontade expressa pela maioria dos votos constitui-se em tribunal de supremacia ilimitada.

b) - Perguntas abertas

As duas últimas perguntas do questionário foram abertas para permitir aos alunos questionados, a liberdade de se expressarem manifestando diretamente suas opiniões.

Antes da aplicação dos questionários supunha-se que os alunos tivessem maior desejo de se expressar livremente. Mas, pelo total de respostas obtidas, não se confirmou essa suposição, pois, apesar de estimulados a escrever, apenas 17 (53 %) dos 32 estudantes da EMPJA, que se mostraram mais sensíveis e preocupados com a manutenção atual e futura da escola, a defesa e o respeito ao patrimônio público, se dispuseram a aproveitar a oportunidade de usar esse espaço para sua manifestação. Dos 16 estudantes do IPECDA - Instituto de Pesquisa Carlos Drumond Andrade 12 (75 %) responderam todas as questões.

Além disso, observa-se que algumas das respostas foram concisas a ponto de impedir de se ampliar a compreensão sobre o que pensam os alunos de ambas as escolas sobre cidadania e, especialmente de cidadania fiscal. Ressalta-se que o número total de alunos envolvidos chegou a 48 e, destes apenas 29 (60,4 %).

Mesmo assim, admite-se importante o preenchimento dos questionários porque, com eles, se pôde registrar a existência de zelo pela coisa pública por parte dos alunos da Escola Municipal Padre José Anchieta e que a visão dos estudantes do Instituto de Pesquisa Carlos Drumond Andrade sobre as mesmas questões, demonstra ser mais voltada para as questões de uso presente das dependências da escola sem a preocupação com os futuros alunos que ingressarão nas suas dependências a partir dos anos futuros.

Vejam-se agora, o conteúdo e as respostas obtidas para cada uma das questões abertas:

Primeira pergunta: Você considera importante zelar pelas instalações de sua escola? Por quê? Descreva e respeito.

Dos 24 alunos da EMPJA que responderam a questão, 4 responderam sucintamente “SIM”. Abaixo, na íntegra, as respostas menos sucintas, dos alunos da EMPJA:

- 2 estudantes responderam que achavam importante preservar a escola por ter preocupação com o futuro em face das necessidades de outros pretendentes poderem estudar em anos subseqüentes.

- 2 responderam que não se deve estragar o que é público;
- Zelar da escola para ter conforto e lazer;
- A escola é lugar de organização e respeito;

- Zelar porque o que é público é de todos;
- Cuidar para que os próximos alunos possam desfrutar da escola;
- Outras crianças vão precisar da escola no ano que vem;
- Considero que a escola seja o futuro da cidade;
- Escola não zelada é escola sem vida, sem aluno e sem professor. Ninguém quer estudar num lixo de escola;
- Se o Prefeito não cuida da escola, quem é dela, deve zelar;
- Temos que manter preservadas para os próximos alunos. Se não estiverem bem conservadas, o que irão pensar das casas, do ensino;
- A escola é um bem de todos. Temos que cuidar para os outros usufruírem como nós;
- A Escola é um bem público, construído para o nosso uso;
- Se não cuidarmos, não teremos onde estudar;
- Não se deve estragar o que é público;
- Devemos cuidar porque me preocupo com os próximos alunos que irão estudar na escola;

Dois alunos não consideram importante zelar pelas instalações da escola:

- Os dois responderam: para mim tudo é passageiro;

Dos 15 alunos da IPECDA que responderam a primeira questão, 2 disseram somente “SIM”. Eis as outras respostas:

- Temos a obrigação de cuidar da escola como um patrimônio;
- É importante cuidar para a escola ter boa aparência, para o bem de todos;
- Temos que cuidar do lugar onde estudamos;
- Porque estudo nela e gosto que seja bem cuidada;
- Zelar para que o dinheiro seja aplicado nos alunos e não em consertos;
- Estudo nesta escola e se estragar me prejudica;

- Porque é um lugar importante;
- Tem que cuidar para ser um lugar mais agradável para eu ficar;
- Para termos mais conforto e para a escola ficar sempre bonita;
- Sem cuidado não tem estrutura para estudar.
- Para melhorar o convívio dos alunos;
- A escola é importante para a educação de cada cidadão;
- Cuidando da escola estamos preservando o futuro dos nossos filhos;

As respostas dos alunos da EMPJA evidenciam e refletem o entendimento e a preocupação que eles demonstram em relação ao espaço público que ocupam, aos alunos que virão depois que eles concluírem seu curso, o respeito pelo espaço que também será do outro. Demonstra-se assim, que os alunos dessa escola municipal têm, ainda que rudimentarmente, bom entendimento sobre cidadania.

Abordando-se mais especificamente as respostas dadas por eles sobre “imposto”, a maioria o entendeu muito importante para a população, por compreender que o financiamento (uniforme, livros, professores, escola dentre outros) vem dos valores arrecadados com os impostos e dependem do modelo de condução da gestão pública. Segundo Nascimento (2001), o Estado não gasta em seu próprio benefício e sim para atender as demandas da população.

Das respostas dos alunos do IPECDA, depreende-se que o entendimento sobre a conservação da escola é mais individualista e dosado do interesse direto do uso atual do patrimônio em benefício pessoal e imediato. A maioria entende que a preservação é importante porque é bom estudar num lugar bonito, agradável, confortável e bem apresentável. Os dados da pesquisa referente a essa escola não demonstram menções que se refiram mais específica e diretamente ao zelo e à preocupação com a coletividade.

A segunda pergunta: Você já pensou em organizar grupos de pessoas ou participar deles em defesa de seu bairro, de sua saúde, da sua família e de seus vizinhos, de preservação do patrimônio público, incentivar e divulgar medidas de preservação da natureza? Descreva a respeito.

Dos 17 alunos da EMPJA que responderam a questão, 1 respondeu somente “quem sabe?”; 2 disseram “não sei” e 5 responderam “NÃO”.

Abaixo, na íntegra, encontram-se as respostas dos alunos que responderam que não pensaram em participar ou organizar grupos:

- Não, porque não quero me expor ao ridículo;
- Não. É muita responsabilidade;
- Não. Porque ninguém participa destas coisas, elas têm outras preocupações.
- Não. Ninguém quer;
- Não. Não daria certo;
- Não. Devemos cuidar e defender apenas a escola;
- Não. Não tenho tempo nem pra mim, porque cuidar dos problemas dos vizinhos?

Apenas 2 alunos responderam “SIM”:

- Sim. Mas não fui adiante por falta de adesão;
- Sim. Se não valorizar o que está ao nosso redor, não seremos respeitados e a natureza é um bem Universal.

Dos 11 alunos da IPECDA, que responderam a segunda questão, 8 disseram “NÃO” e 1 respondeu somente “SIM”. Vejam-se as outras respostas:

- Sim. Já pensei, mas não seríamos levados a sério, porque não ligam para o que os jovens e adolescentes falam;
- Sim. Já pensei em criar grupos contra maus tratos dos animais e para melhorar atendimento nos postos de saúde.

CONCLUSÃO

O presente trabalho constituiu em uma análise para saber a percepção do jovem do ensino fundamental sobre cidadania e se compreendem ao que diz respeito ao estado, Gestão Pública, e participação. E após esta análise, verificar se existiam diferenças entre eles por pertencerem a instituições diferentes de ensino: pública e particular, em uma amostra de alunos de 9º ano de duas escolas.

No que diz respeito às perguntas respondidas nos questionários fechados identificou-se que, em média, existe um conhecimento dos adolescentes quanto aos seus direitos, haja vista que quando questionados sobre o ECA a maioria sabia do que se tratava.

Observou-se também que, quando se trata de participação em grupos, existe muito pouco interesse em participação política, e a maioria não discute no ambiente escolar nem dialogam assuntos que possam vir afetar as suas vidas futuras.

Da mesma forma observou-se que grande parte sabe o que é cidadania, mas não a exercem. Em relação ao conhecimento sobre o Estado e administração pública a grande maioria sabe quem administra, sabe o que é a câmara de vereadores, de onde vem os recursos e que devem ser fiscalizados pela população e sabem que a Nota fiscal deve ser exigida sempre em toda compra de bens ou serviços.

Da análise o que se percebe é que há diferença de percepção de cidadania entre alunos da escola pública e os alunos da escola particular, coletadas a partir das respostas dadas no questionário objetivo e em relação as se refere as duas questões abertas.

Os alunos da escola pública têm uma noção bastante apurada do que significa o bem público, e sabem da necessidade de zelar por este patrimônio pensando sempre no futuro e no coletivo. A visão dos alunos da escola particular neste sentido é mais individualista e presente.

Com estas conclusões é possível perceber que existe ainda uma grande distância a ser percorrida para que estes jovens possam ser instruídos para uma vida mais cidadã, para que possam aprender um conjunto de valores e práticas em que o exercício da cidadania não se fundamente apenas no reconhecimento dos direitos e deveres, mas que seja uma realidade substantiva na suas vidas cotidianas.

A escola é sem dúvida nenhuma, um espaço excelente para a formação em cidadania, no que possa incentivar os estudantes a serem mais participativos, solidários e mais igualitários.

Ensinar que o Estado está para servir a população e não o contrário, possibilitar momentos de diálogos educativos nos quais estes sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, e também submeter à crítica os valores, a normas e os direitos morais.

Neste contexto a Educação Fiscal seria o instrumento que levaria estes conhecimentos, uma vez que ela deve ser compreendida como a abordagem didaticopedagógica, capaz de

interpretar as vertentes financeiras da arrecadação, fiscalização, gestão e gastos públicos, de modo a estimular o contribuinte a garantir arrecadação e acompanhar a aplicação dos recursos públicos, em benefício da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador.

Há de se ressaltar, entretanto que embora exista este longo caminho a ser percorrido, evidencia-se que o caminho é profícuo quando se percebe o potencial destes jovens aqui analisados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A.M. **Cidadania Fiscal**. Curitiba: Juruá, 2005.

BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade** – Para uma teoria Geral da Política. 13. ed. São Paulo: Paz e terra, 2007.

BOBBIO, N.; VIROLI M. **Direitos e deveres na República**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARVALHO, J.M., **Cidadania no Brasil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, G.P. **Cidadania e Participação** – Impactos da Política Social num enfoque psicopolítico.1.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALARI, D. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GALLO, S. **A filosofia política moderna e conceito de Estado**. UNESP, Assis-SP 2007. Disponível em <http://www.cedap.assis.unesp.br/cantolibertario/textos/0007.html>. Acesso em: 28 dezembro 2009.

GENTILI, P.;ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, J.O. **A Despesa pública: alguns enfoques preambulares**. Porto Alegre: CRC-RS, 2001.

OLIVEIRA, M.A.M. SIQUEIRA JR, P.H. **Direitos Humanos e Cidadania**. ed. R.T. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

PINSKY, C.; PINSKI, J. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL. **Educação fiscal no contexto social**. Brasília, 2004. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin-Claret, 2005.

VALLA, V.V. **Caderno Saúde Pública**, sup. 2. Rio de Janeiro, 1998.

VENTURA, Z. **O que fizemos de nós**. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2006.

VERGARA, S.C. **Métodos de Pesquisa em Administração** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PÉREZ B. C.; PÓVOA, J.; MONTEIRO, R. e CASTRO, L. **“Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro”**. – UFRJ, Rio de Janeiro: 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a05v20n2.pdf>>. Acesso em: 8 janeiro 2010

RODRÍGUEZ, E.; CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. ; LIMA, F. PINHEIRO, L. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. – UNESCO, Brasília: 2004. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923POR.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2010.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DE 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL .



Curso de pós-graduação em educação fiscal e cidadania

Questionário aplicado aos alunos de 9º ano do ensino fundamental

(O questionário poderá em algumas perguntas ter mais de uma resposta)

1. Qual o seu sexo?

Masculino

Feminino

2. Qual a sua idade?

_____ anos

3. Você tem trabalho remunerado?

Sim

Não

4. Quantas pessoas têm sua família?

2 pessoas

3 pessoas

4 pessoas

5 pessoas

6 pessoas ou mais

5. Seu pai trabalha?

Sim

Não

6. Se ele trabalha, tem carteira assinada?

Sim

Não

7. Sua mãe trabalha?

Sim

Não

8. Se ela trabalha, tem carteira assinada?

Sim

Não

9. A renda mensal de sua família é de:

Até R\$ 465,00

Entre R\$ 465 e R\$ 930,00

Entre R\$ 931,00 e R\$ 1.395,00

Entre 1.396,00 e R\$ 1.860,00

Mais de 1.860,00

10. Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Sim

Não

11. Você participa de:

Time de futebol ou outro esporte

Grêmio Estudantil

Grupo religioso

Outra atividade? Qual? _____

Nenhuma

12. Na sua escola você participa de conversas a respeito das decisões que afetam sua vida?

Sim

Não

13. Cidadania para você é:

Participar de Grêmio Estudantil

Cumprir as suas obrigações e exigir os seus direitos

Votar

Participar das atividades de sua escola ou comunidade

Todas as respostas estão corretas

14. Prefeito para você é:

Administrador de uma cidade, eleito pelo povo

O dono da cidade

Outra resposta _____

15. Com que dinheiro o Prefeito administra a cidade?

Com o dele

Com o dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos

Com dinheiro dos comerciantes, fazendeiros, industriais, médicos etc.

Não sei responder

16. A sua escola é:

- Pública
- Particular

17. Quem paga o seu estudo?

- O dinheiro de seus pais
- O dinheiro de pagamento dos impostos
- Com dinheiro que não sei de onde vem
- Não sei responder

18. Imposto para você é:

- Algo que não deveria ser cobrado
- Importante para a população
- Algo que todos pagam
- Deve ser fiscalizado pela população

19. Nota Fiscal para você:

- Deve ser exigido em todas as compras de mercadorias e serviços
- Deve ser exigido somente nas grandes compras
- Não tem importância
- Não sei responder

20. Você sabe o que é Câmara de Vereadores?

- Sim
- Não

21. Você considera importante zelar pelas instalações de sua escola? Por quê? Descreva e respeito.

22. Você já pensou em organizar grupos de pessoas ou participar deles em defesa de seu bairro, de sua saúde, da sua família e de seus vizinhos, de preservação do patrimônio público, incentivar e divulgar medidas de preservação da natureza? Descreva a respeito.
